

MINISTÉRIO DA  
**PREVIDÊNCIA SOCIAL**



# **Resolução CMN nº 5.272/2025**

**Novas diretrizes para aplicação  
dos recursos dos RPPS**



Constituição Federal



Lei nº 9.717/1998



Resolução CMN nº 5.202/2025



Portaria MTP nº 1.467/2022

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Os RPPS terão caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e pensionistas, observado o Equilíbrio Financeiro Atuarial (art. 40, *caput*)

É vedada a existência de mais de um RPPS e de mais de uma UG desse ente em cada ente, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos em LC federal (art. 40, § 20)

É vedada a instituição de novos RPPS, sendo que Lei Complementar Federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização dispondo, entre outros aspectos, sobre modelo de aplicação dos recursos (art. 40 § 22 c/c II)

LEI DE  
RESPONSABILIDADE  
PREVIDENCIÁRIA

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019

Até que entre em vigor LC que discipline o § 22 do art. 40 da CF, aplicam-se aos RPPS o disposto na Lei nº 9.717/1998

Recepcionada como Lei  
Complementar (LRP)



- Lei 13.846/2019: par. único art. 6º da Lei 9.717: No estabelecimento das condições para aplicação de recursos dos RPPS, o CMN deverá considerar, dentre outros aspectos:
  - Natureza pública dos recursos
  - Princípios de segurança, proteção e prudência financeira;
  - Critérios relacionados
    - boa qualidade de gestão
    - ambiente de controle interno
    - histórico e experiência de atuação
    - solidez patrimonial
    - volume de recursos sob administração
    - outros destinados à mitigação de riscos





# Credenciamento e Seleção de prestadores de serviços

Art. 1º, § 1º, VI – desde que observado o disposto no art. 21, § 2º, inciso I:

## Gestores e Administradores de fundos

Avaliação dos gestores e administradores de fundos de quanto à capacidade técnica e histórico de performance

## Instituição financeira bancária

Carteira administrada/mista ou investimento em ativos de emissão bancária: solidez

## Intermediários

Seleção de instituições financeiras para intermediação direta de compra e venda de ativos

## Custodiantes

Instituições contratadas pelo RPPS para custódia dos ativos do regime

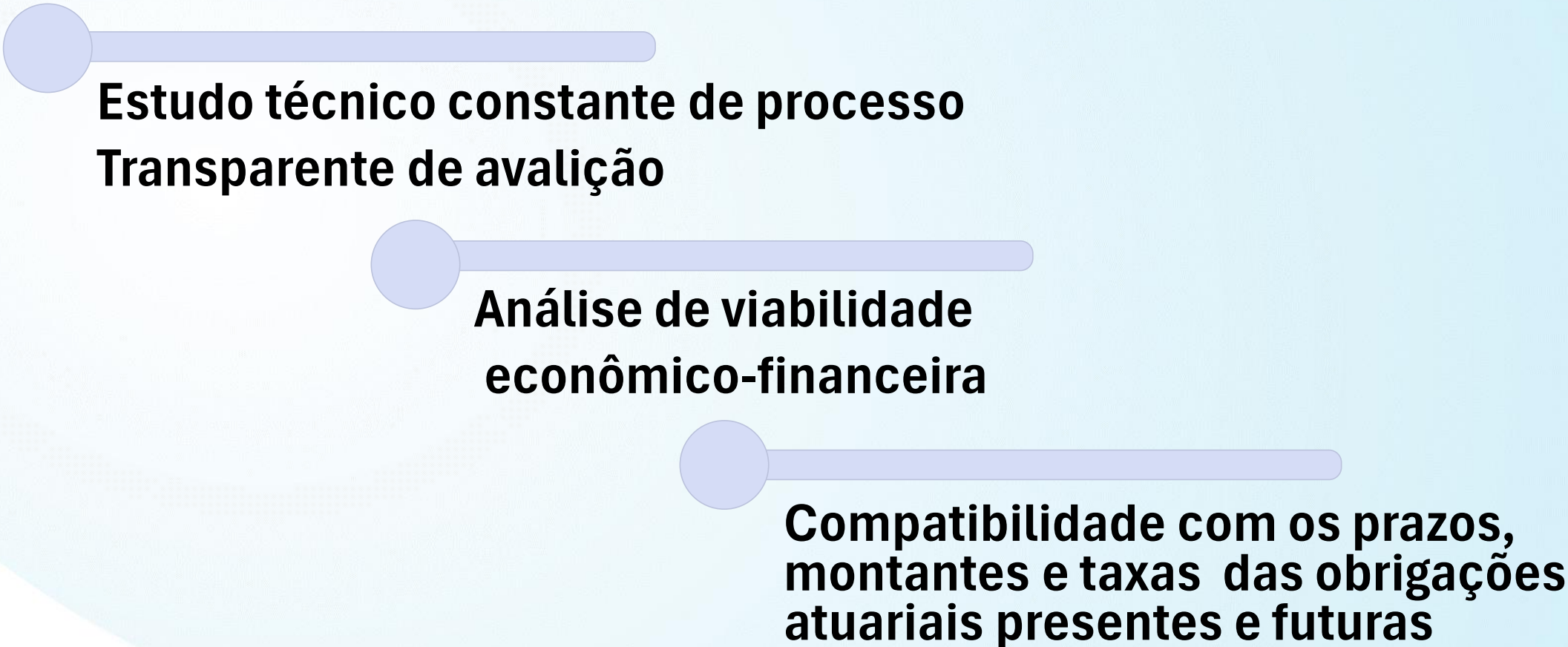
## Parâmetros mínimos para credenciamento (art. 1º, § 3º):

- Histórico e experiência de atuação no mercado
- Volume de recursos sob gestão
- Solidez patrimonial comprovada
- Exposição a risco reputacional
- Padrão ético de conduta
- Aderência de rentabilidade a benchmarks
- Cumprimento de condições regulatórias
- Capacidade operacional
- Sistema de controles internos



# Aporte de bens e destinação de receitas futuras ao RPPS

art. 3º, § 4º



**Estudo técnico constante de processo  
Transparente de avaliação**

**Análise de viabilidade  
econômico-financeira**

**Compatibilidade com os prazos,  
montantes e taxas das obrigações  
atuariais presentes e futuras**



# Aplicações em renda fixa – art. 7º

I e II

## 100% Títulos TN

I - Fundos 100% títulos

II - Aquisição direta em oferta primária ou plataformas eletrônicas

III

## 100% Títulos TN

Aquisição direta via mercado de balcão

IV

5% operações compromissadas  
Operações diretas com títulos públicos

V

## 80% fundos RF

Fundos de renda fixa ou ETF

VI

## 20% Títulos emitidos por bancos

Letras financeiras, CDB

VII

## 20% fundos crédito privado

Fundos de renda fixa ou ETF

VIII

## 20% fundos Debêntures infraestrutura

Leis 12.341/2011 e 14.801/2024



# Formas de Aquisição de Títulos Públicos Federais

- 3 modalidades para aquisição direta de títulos públicos federais



## Plataformas Eletrônicas

Negociação em ambientes digitais autorizados autorizados pelo Banco Central ou CVM, com registro público de ofertas, formação competitiva de preços e participação de no mínimo três instituições credenciadas.



## Ofertas Públicas

Participação direta nos leilões do Tesouro Nacional por meio de instituições financeiras habilitadas e credenciadas pelo RPPS, garantindo acesso às emissões primárias de títulos.



## Mercado de Balcão

Operações intermediadas por instituições financeiras habilitadas e credenciadas, realizadas no mercado secundário com observância aos requisitos de qualificação estabelecidos.

- Ofertas Públicas do Tesouro Nacional ou Mercado de Balcão: Permitidas operações apenas com instituições S1/S2
- Plataforma Eletrônica: Habilitação de no mínimo 3 instituições S1/S2, mas fechamento com qualquer outra que ofereça a melhor negociação ao RPPS



# Ampliação dos Ativos de Crédito Privado (art.7º, , § 5º)

1

## Instituições Financeiras

Instituição financeira bancária autorizada pelo Banco Central

2

## Companhias abertas

Companhias abertas operacionais registradas na CVM

3

## FIDC Sênior

Cotas de subclasse sênior classificadas como baixo risco de crédito

4

## Classes de demais fundos

Cotas de classes de fundos cujos ativos observem essas condições estabelecidas

5

## Securitizadoras

Títulos de emissão pública com regime fiduciário da Lei 14.430/2022

6

## Companhias Fechadas

Oferta pública com coordenador instituição financeira S1 ou S2

# Ativos emitidos por Instituições Financeiras (LF/CDB)

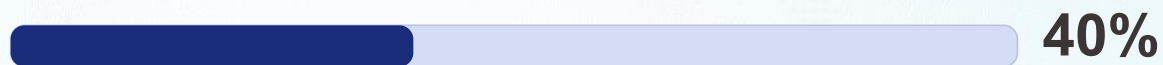
---

- Dúvidas de Interpretação esclarecidas pelo Parecer MPS nº 47/2026
- RPPS só pode adquirir ativos financeiros de emissão bancário de forma direta se a instituição for S1/S2.
- As demais instituições (S3, em diante) só podem compor a carteira dos RPPS estando dentro de fundos de investimento, e nos limites e critérios da Resolução.
- Limite Total: até 20% do total de recursos
- Limite por instituição: 5% se S1/S2 / 2,5% demais (forma indireta – fundos)
- Instituição não pode ter controle societário detido, direta ou indiretamente, por qualquer Estado/DF



# Aplicações em Renda Variável - art. 8º

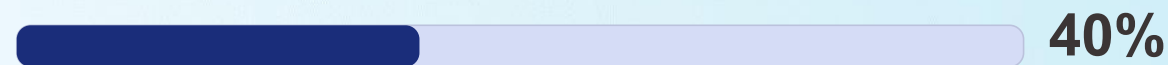
Limite global de 50% e limites específicos por tipo de ativo:



40%

## Fundos de Ações

Cotas de fundos tipificados como "Ações" em regime aberto



40%

## ETF de Ações

Cotas de ETF de ações negociáveis em bolsa



10%

## BDR

Fundos com 67% ou mais em BDR-Ações ou BDR-ETF



10%

## ETF Internacional

ETF internacional admitido à negociação no Brasil





# Investimentos no Exterior- art. 9º

## Dívida Externa

Fundos tipificados como "Renda Fixa – Dívida Externa"

## Para Investidores Qualificados

Fundos com mais de 40% em cotas de fundos no exterior

## Para Investidores em Geral

Fundos com mais de 20% em cotas de fundos no exterior

## Requisitos para Fundos no Exterior

### Experiência do Gestor

Mínimo de 5 anos de atividade e US\$ 5 bilhões sob gestão

### Histórico de Performance

Fundos no exterior devem possuir histórico superior a 12 meses

### Supervisão Local

Ativos registrados e supervisionados por autoridades competentes no país de origem

### Estrutura Indireta

Aquisição de ativos no exterior via cotas de fundos ou ETF constituídos no exterior





# Requisitos para FIP – art. 10, § 2º

## Qualificação c/ Entidade de Investimento

Com regras p/ avaliação, elaboração e divulgação de demonstrações contábeis

## Tratamento Igualitário

Vedação a privilégios ao gestor em relação aos demais cotistas

## Limite de Participação RPPS

Os RPPS não podem deter mais de 40% do patrimônio líquido de uma mesma classe

## Fundo de Fundos de FIP

Permissão para requisitos serem observados apenas no fundo investido

## Participação do Gestor

Gestor ou grupo econômico deve manter mínimo de 5% do capital subscrito

## Independência dos Cotistas

Cotistas RPPS não podem ter influência na administração das investidas

## Histórico de Desinvestimentos

Gestor deve comprovar três desinvestimentos integrais bem-sucedidos nos últimos 10 anos



- Limite de até **20%** em cotas de FII negociadas em bolsa de valores

## Requisitos Principais

- Cotas negociadas nos pregões de bolsa de valores.
- Ativos de emissores privados devem observar critérios de renda fixa e variável
- **Aquisição em oferta primária** condicionada à disponibilização para negociação em bolsa
- **Para cotas de FII integralizadas com imóveis vinculados ao RPPS não se aplicam aos limites da Resolução, podendo o RPPS ser o único cotista, mas recursos (R\$) integralizados seguem todos os limites!**



# Empréstimos Consignados Art. 12

- Limite de até **5% ou 10%** (sem/com certificação no Pro-Gestão)
- Os encargos financeiros devem ser superiores à meta de rentabilidade, acrescidos de taxas de administração, custeio de fundos garantidores e adicional de risco.

- **Critérios para mitigação de riscos**

- 1 Prazos Limitados**  
Não superiores aos do RGPS e baseados na expectativa de sobrevida do segurado
- 2 Inelegibilidade**  
Histórico de inadimplência ou benefício com requisito de cessação impedem concessão
- 3 Capacidade de Pagamento – Capag do Ente**  
**Concessão a servidores ativos ou beneficiários de Fundo em Repartição se ente tiver Capag A ou B. Vedação de novas concessões em caso de inadimplência do ente.**
- 4 Fundos de Proteção**  
Constituição baseada em estudo atuarial para cobrir perdas por desvinculação ou por meio de contratação de seguros
- 5 “Portabilidade”**  
**Tomador pode pegar o empréstimo e RPPS quitar a sua dívida junto a instituição financeira**



# Limites por Emissor e Concentração art. 18

- Verificados de forma direta ou indiretamente via fundos
- Empresas do mesmo grupo econômico são consideradas como um único emissor para fins de verificação dos limites.
- Limites calculados em relação ao patrimônio líquido do próprio RPPS

## Direta ou Indiretamente

●●●●● 100%  
Tesouro Nacional

●●●●● 20%  
Cotas de uma mesma classe  
de fundo ou ETF

●●●●● 5%  
IF Bancária S1/S2

## Apenas Indiretamente (via fundos de investimento)

●●●●● 5%  
Demais Emissores Privados

●●●●● 2.5%  
IF Bancária S3 em diante





# Limites de Concentração em Fundos ou Emissores

- Limites calculados em relação ao patrimônio líquido da classe de fundos ou instituição emissora (art. 19):

Até 5% do PL de fundos RF crédito privado, infraestrutura e FIDC

Até 15% do PL dos demais fundos e ETF (exceto 100% Títulos Públicos)

Até 10% do patrimônio líquido de instituições financeiras

Até 25% de uma mesma emissão de ativos financeiros de renda fixa

- **Adicionalmente, o total das aplicações do RPPS não pode exceder 5% do volume total de recursos geridos por um mesmo gestor ou grupo econômico (art.20).**





# Limite de Participação Total do conjunto dos RPPS – art. 19, § 2º

Os fundos de investimento devem limitar a participação total dos RPPS em até 50% de seu patrimônio líquido, com exceções específicas:

1

## Período Inicial

Durante os 12 meses iniciais, desde que garantida liquidez para desinvestimento

2

## Fundos RF 100% Tít. Públicos

Classes de fundos exclusivamente em títulos do Tesouro Nacional

3

## Situações Especiais

Outras situações expressamente estabelecidas na Resolução (FIP)



# Requisitos para Fundos de Investimento – art. 21, § 2º

## Segmentação do Administrador ou Gestor

Instituição autorizada pelo Banco Central, classificada como S1 ou S2

## Credenciamento Prévio

Com base nos critérios do art. 1º, § 3º: solidez patrimonial, exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta.

## Limite de Recursos RPPS

Administrador não pode deter mais de 50% de recursos de RPPS sob sua administração

## Qualidade de Gestão

Avaliação positiva de qualidade de gestão e ambiente de controle de investimento

Requisitos aplicam-se apenas fundos que receberam diretamente as aplicações do RPPS.



# Intermediação das operações

art. 21, §§ 8º e 10, c/c art. 7º, § 1º, VI, “c”



## Classificação Bacen

Apenas instituições financeiras S1/S2 ou do mesmo conglomerado prudencial



## Operação Direta

Realizadas de forma direta, sem prepostos



## Estrutura Própria

Com estrutura própria e responsável técnico pela atividade

## PREPOSTOS

- Questão em análise: Possibilidade em emissão primária de cotas de fundos (subscrição).
- Pontos incontroversos: a) vedado para mercado secundário de fundos; b) vedado para demais ativos de aquisição direta (LF e TPF); c) necessária vinculação a instituição S1/S2; d) precisa de credenciamento



# Negociação Títulos Públicos ou Privados – art. 22

RPPS deve manter registro detalhado de todas as operações:

1

## **Registro Completo**

Valor e volume negociado, propostas recebidas e efetuadas, inclusive recusadas, e valor de mercado dos ativos

2

## **Consulta Prévia**

Verificação de preços em entidades idôneas, sistemas eletrônicos e participantes de mercado

3

## **Múltiplas Propostas**

Convite a pelo menos três instituições, incluindo 2 dealers do Tesouro para títulos públicos

4

## **Sigilo e Competitividade**

Manutenção de sigilo das propostas e identificação dos participantes

5

## **Decisão Fundamentada**

Fechamento baseado em vantajosidade e análises de risco, custo e retorno



# Empréstimos de valores mobiliários – art. 23

Os ativos emprestados continuam sendo considerados para verificação dos limites estabelecidos na Resolução.

## **Câmaras Autorizadas**

Operações exclusivamente em câmaras ou prestadores autorizados pelo Banco Central ou CVM

## **Contraparte Central**

Registro em bolsa de valores que atua como contraparte central

## **Taxa Aderente**

Remuneração aderente ao preço referencial e limites da câmara

## **Liquidez Adequada**

Prazo adequado às condições de liquidez do RPPS





- Alterações normativas (CMN / CVM / Bacen)
- Resgates de outro cotista
- Valorização/Desvalorização
- Reorganização do fundo de investimento (incorporação, fusão, cisão e transformação)
- Eventos de riscos que prejudiquem a formação das reservas ou decorrentes de revisão do plano de custeio e segregação de massa
- Perda de categoria de investidor qualificado ou profissional
- Ativos financeiros que deixarem de observar os requisitos e condições previstos na Resolução
- Processos de recuperação judicial
- Recebimento de ativos decorrentes da liquidação de fundos



# Prazos para Enquadramento – art. 27, §§ 1º ao 4º

## Prazo de Eliminação

Dois anos da ocorrência do desenquadramento para eliminação dos excessos

1

2

3

## Aplicações Anteriores

Manutenção de aplicações realizadas antes da Resolução até o prazo de vencimento

## Impedimento Temporário

Vedação a investimentos que agravem excessos ou novas aplicações em ativos desenquadrados

Ficam vedadas novas aplicações de recursos do RPPS em desacordo com as normas da Resolução.



# Qualificação da Gestão

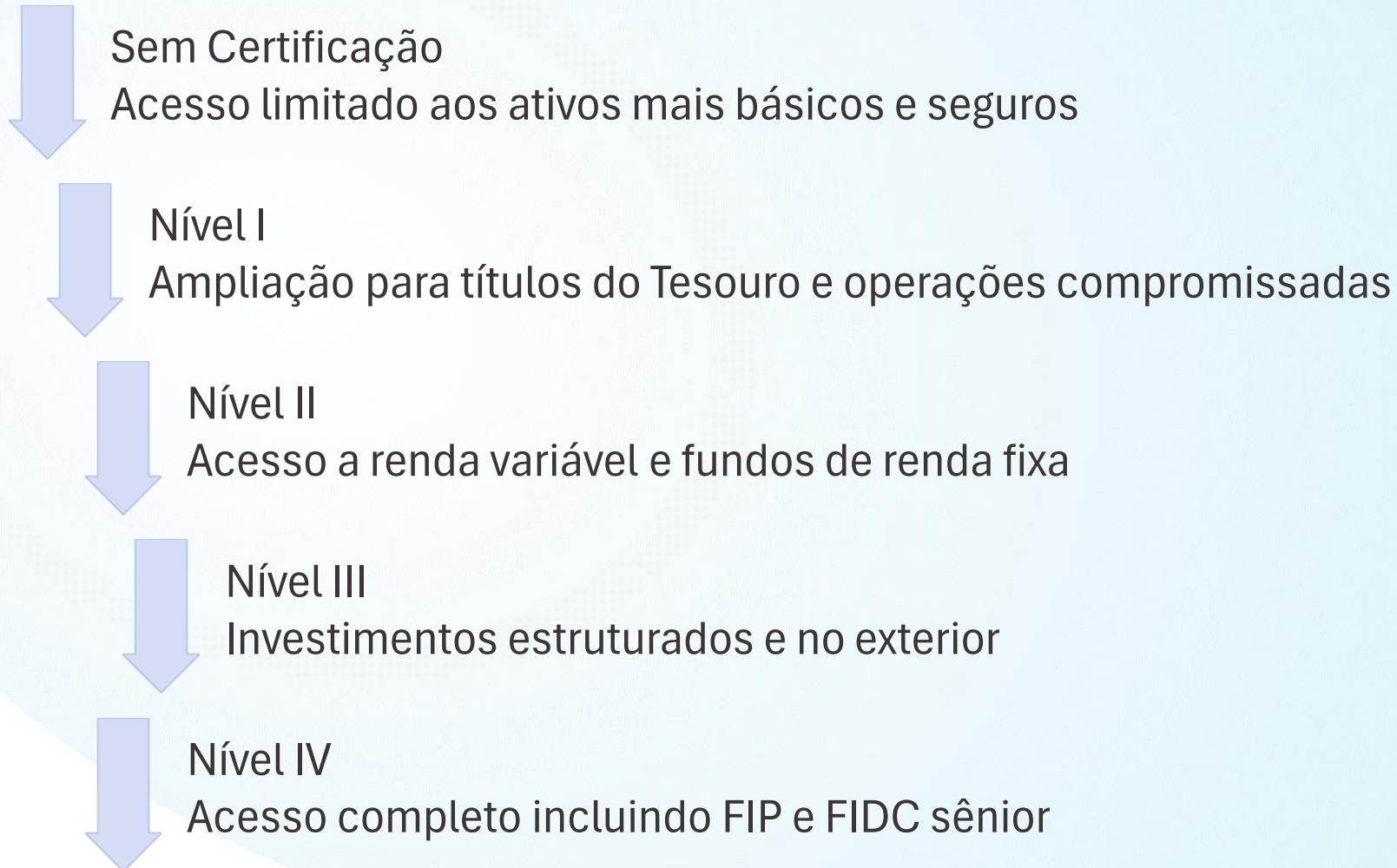
- RPPS terão acesso a mais produtos financeiros conforme aumentam o nível de qualificação da Gestão (avaliada pela Certificação do Pro-Gestão)

Segmento	Dispositivo	Tipos de Ativos	Certificação Pró-Gestão					Limite Global
			-	N1	N2	N3	N4	
Renda Fixa	Art. 7º I	Classes de fundos renda fixa e ETF 100% Títulos Públicos						100%
	Art. 7º II	Títulos Públicos Federais - Oferta Pública e Plataforma Eletrônica						
	Art. 7º III	Títulos Públicos Federais - Intermediação - Balcão						
	Art. 7º IV	Operações Compromissadas com títulos públicos						
	Art. 7º V	Classes de fundos de renda fixa e ETF - Demais						
	Art. 7º VI	Títulos de Instituições Financeiras						
	Art. 7º VII	Classes de fundos de renda fixa - Crédito Privado						35%
	Art. 7º VIII	Classes de fundos de debêntures Infraestrutura						
	Art. 7º IX	Sublasses sênior de FIDC ou FIC-FIDC						
Renda Variável	Art. 8º I	Classes de fundos de Ações						50%
	Art. 8º II	Classes de ETF de Ações						
	Art. 8º III	Classes de ETF BDR-Ações						
	Art. 8º IV	Classes de ETF - Internacional (novo)						
Imobiliário	Art. 11	FII - oferta primária ou pregão de bolsa de valores						20%
Estruturado	Art. 10 I	Classes de Fundos Multimercado						
	Art. 10 II	Classes de FIAGRO (novo)						
	Art. 10 III	Classes de FIP e FIC-FIP						
	Art. 10 IV	Classes de fundos - Ações Mercado de Acesso						
Exterior	Art. 9º I	Classes de fundos Renda Fixa - Dívida Externa						10%
	Art. 9º II	Classes de fundos - Invest. Exterior - invest. Qualificados						
	Art. 9º III	Classes de fundos - Invest. Exterior - Invest. em geral						
Empréstimo Consignado	Art. 12 I II	Empréstimos Consignados	5%					



# Programa de Certificação Institucional

---





# Critérios do Programa de Certificação

## Aprimoramento Contínuo

Eficiência, segurança, prudência, diligência, transparência e governança na gestão dos investimentos

## Padrões de Mercado

Alinhamento com práticas reconhecidas no mercado financeiro e na gestão de recursos previdenciários

## Controles Eficientes

Procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações

## Capacitação

Treinamento continuado das pessoas envolvidas na gestão

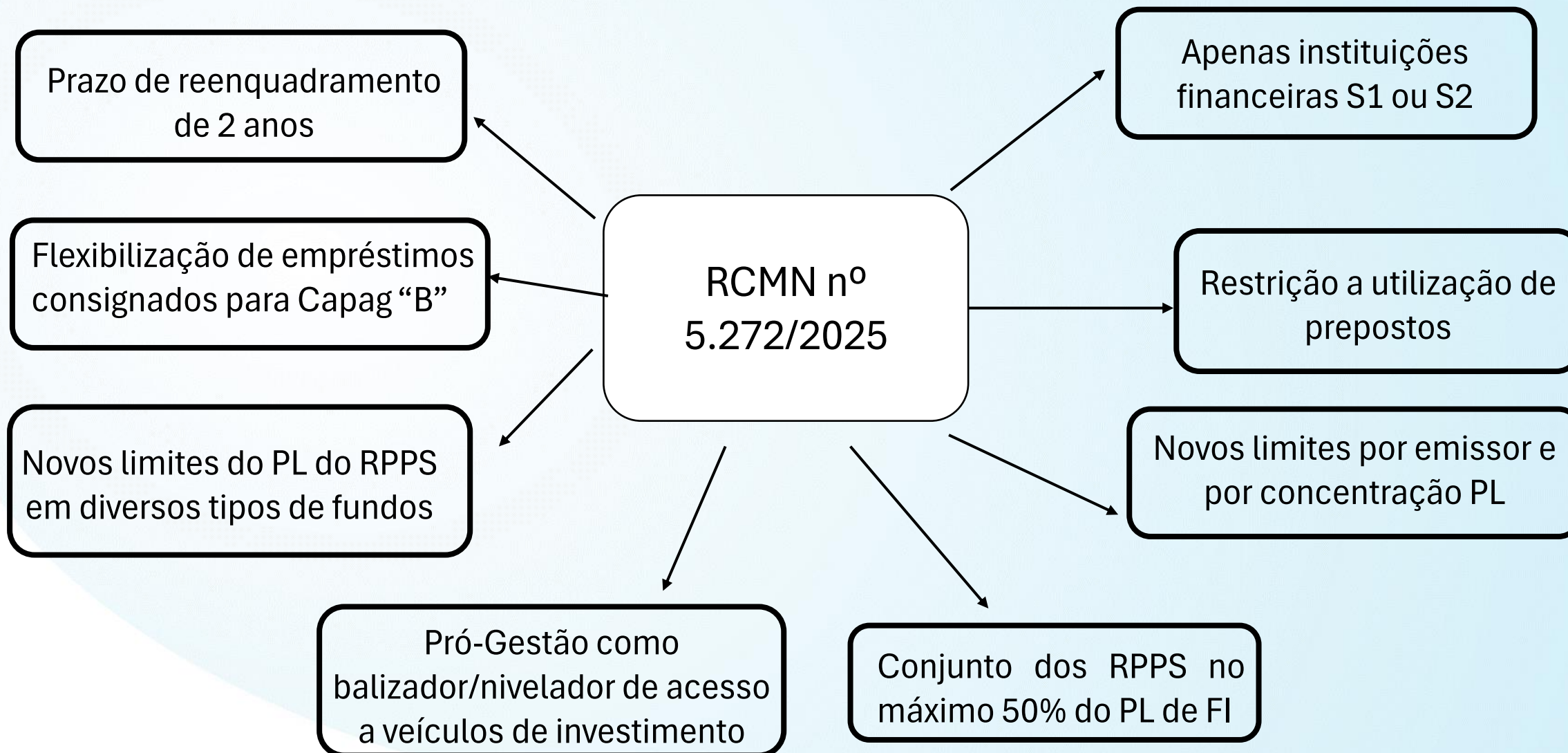
## Independência Técnica

Critérios para análise, credenciamento e alocações baseados em requisitos técnicos e de forma independente

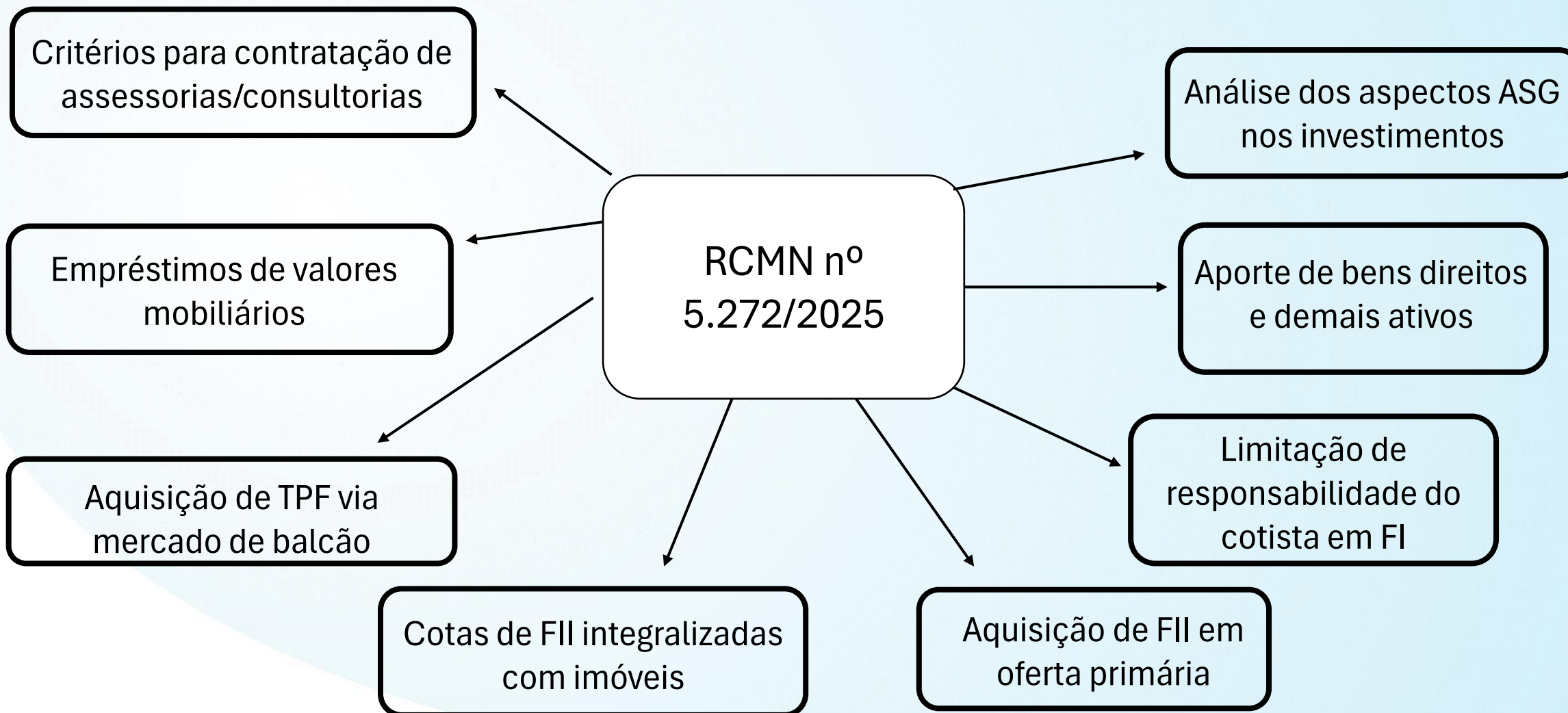




# Resumo das Principais Alterações



# Resumo das Principais Alterações



# Obrigado!!!

MINISTÉRIO DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL **MPS**

**Ciro Miranda Caetano Milliole**  
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil



MINISTÉRIO DA  
**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

